

DISCUSSÃO GEOGRÁFICA SOBRE CIDADES PEQUENAS

Paulo Fernando JURADO DA SILVA¹

Eliseu Savério SPOSITO²

Resumo

O texto centra-se na argumentação da discussão geográfica do conceito de pequenas cidades. Para tanto, abordam-se diferentes leituras do tema e se procura resgatar a reflexão contemporânea desses estudos na Geografia Urbana Brasileira. Nessa perspectiva, a resposta para essa discussão ainda parece estar muito distante da unanimidade e a proposta fundamental desta reflexão é possibilitar a leitura do conceito de cidades pequenas e contribuir para a discussão das mais recentes transformações espaciais desses centros urbanos no Brasil.

Palavras-chave: Cidades pequenas. Espaço urbano. Rede urbana.

Abstract

Geographical discussion about small cities

This paper focalizes on the argumentation of the geographical discussion for the concept of small cities. In order to do so, the text addresses different readings on the topic and tries to redeem contemporary studies in Brazilian Urban Geography. From this perspective, the answer to this discussion still seems to be far from agreement and the fundamental propose of this reflection is to enable the lecture of small cities concept and to contribute towards the most recent spatial transformations discussion of these urban centers in Brazil.

Key words: Small cities. Urban space. Urban network.

¹ Graduando em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP de Presidente Prudente e bolsista de iniciação científica da FAPESP. Endereço para correspondência: Rua Bonifácio Pereira, nº 170, Jardim Cinquentenário. Presidente Prudente-SP. CEP: 19061-480. E-mail: pfjurado@uol.com.br

² Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP de Presidente Prudente. Endereço para correspondência: Rua Roberto Simonsen, nº 305, Jardim das Rosas. Presidente Prudente-SP. CEP 19060-900. E-mail: essposito@gmail.com

O ESTUDO DAS PEQUENAS CIDADES³: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA!

O fenômeno urbano tem sido estudado e interpretado à luz de diferentes concepções e escalas ao longo da estruturação das diversas sociedades. Nesse sentido, apesar da urbanização ter se iniciado há aproximadamente 5500 anos⁴, jamais se vivenciou, como atualmente, um ritmo tão intenso de ampliação do número e tamanho das cidades, bem como o aumento da concentração de população no espaço urbano em relação aos habitantes do espaço rural.

A expressividade das alterações/transformações no âmbito da sociedade contemporânea tem gerado novas formas de *habitat* e de vida, além de ter posto novos desafios e dificuldades aos estudiosos do tema, já que o espaço geográfico encontra-se em constante transformação.

Nesse cenário, cabe ressaltar que, na maioria das vezes, os pesquisadores que se dedicam à questão urbana têm se voltado, predominantemente, para a análise das metrópoles, e em segundo plano, para a reflexão das grandes e médias cidades. Tal cenário deriva de múltiplas determinações; entre elas, podemos citar a magnitude econômica que os maiores centros exercem na gestão territorial do país. No caso brasileiro, essa referência é explícita quando se constata que grande parte das pesquisas baseia-se na análise de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, por exemplo. Assim, cidades que apresentam menor expressão política e econômica são relegadas a um segundo plano ou nem sequer chegam a ser estudadas.

Na realidade, essa tendência de valorização dos centros mais dinâmicos tem sido comentada por parte de alguns pesquisadores preocupados com a complexidade e a diversidade do fenômeno urbano brasileiro. Isso ficou latente nas exposições de Santos (1979), Corrêa (1999) e Fresca (2001) quando os mesmos defendem a necessidade de se discutir na Geografia Urbana as pequenas cidades.

Como destacou Corrêa (1999, p. 45), “[...] os esforços de reflexão empreendidos sobre o espaço urbano e a cidade têm preferencialmente, privilegiado as grandes cidades.” Desse modo, apesar das pequenas cidades terem tido atenção reduzida, o estudo desses centros se faz necessário para a análise das contradições da rede urbana, bem como para a melhor compreensão do universo urbano nacional. Santos (1979) também alertava para esse fato quando pontua que as cidades pequenas fazem parte de um expressivo contingente do total de municípios brasileiros, uma vez que, se atentarmos para as estatísticas e à própria composição da rede urbana, “[...] vemos perfilar-se outro fenômeno urbano, o das *cidades locais* que, a nosso ver, merece tanto interesse quanto o precedente” (SANTOS, 1979, p. 69).

Nessa perspectiva, torna-se indispensável explicitar que o estudo das pequenas cidades poderá contribuir para o temário da análise da Geografia Urbana e, pela ótica da intervenção pública, para a elaboração de políticas relacionadas ao desenvolvimento territorial.

Devemos ter claro que a simplificação e a generalização devem ser afastadas da interpretação das cidades pequenas, visto que a realidade encontrada nas cidades com essa denominação pode ser objeto de estudos aprofundados, no que tange à própria análise das suas especificidades e particularidades. A partir dessa proposição, temos de desconsiderar todas aquelas afirmações que têm sido tomadas correntemente como “verdadeiras”, como é o caso de se dizer que as pequenas cidades têm se constituído como “pólos de atração de idosos”, ou mesmo tomadas como lugares “pacatos e seguros”, o

³ O presente texto é parte resultante de pesquisa apoiada pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

⁴ Afirmação baseada na hipótese de Sposito (2006a, p. 111) e de Benévolo (1983, p. 27).

que redundam numa série de distorções e de equívocos interpretativos, que nada mais são do que a reprodução do senso comum.

Apesar das relações espaciais das pequenas cidades serem demarcadas por um patamar econômico diferenciado daquele encontrado nos grandes centros, é necessário evidenciar suas particularidades e os significados que representam no quadro urbano. No caso das pequenas cidades da região de Presidente Prudente-SP, por exemplo, essa afirmação ganha sentido quando avaliamos que a rede urbana regional (centralizada por uma cidade de porte médio, no caso Presidente Prudente) é composta por diferentes graus de complexidade, em razão da própria dinâmica dos papéis que as cidades pequenas exercem na divisão territorial do trabalho. Desse modo, torna-se evidente que hoje um município que possua menos de trinta mil habitantes, como é o caso de Pirapozinho, possa estabelecer muito mais relações econômicas relevantes com o capital internacional do que propriamente com a esfera do local e do regional; o que acaba por subverter a própria lógica dos modelos de hierarquia que, outrora, foram utilizados para explicar a realidade urbana no Brasil.

Por outro lado, podemos salientar que as cidades pequenas também apresentam importantes diferenciações entre si, e isso decorre da própria lógica instaurada historicamente pelo movimento da sociedade. Assim, as distinções podem variar tanto na escala demográfica e nas dinâmicas econômicas, quanto ao próprio papel político que esses centros exercem na divisão territorial do trabalho, etc. No entanto, tais distinções não impossibilitam que esses centros ainda sejam caracterizados como cidades pequenas, dado ao próprio aspecto qualitativo que os mesmos reúnem, ou seja, o de possibilitar o atendimento das "demandas inadiáveis da população"⁵.

Em outras palavras, queremos afirmar que as cidades pequenas oferecem o qualificativo inicial para a caracterização do urbano e da cidade porque, núcleos dessa magnitude, não apresentam dimensões populacionais muito complexas, o que permite avaliar com melhor clareza como se expressam as principais demandas da população.

Daí emerge a tônica do debate acadêmico suscitado em torno dessa problemática, o que redundam em diferentes complicações e esclarecimentos, como exporemos mais adiante na segunda parte deste trabalho. Por isso, quando lidamos diretamente com essa questão, torna-se necessário refletir sobre o debate empreendido em torno da definição do urbano, pois isso possibilita avaliar em que medida a contribuição da análise geográfica permite avançar sobre as limitações do critério político-administrativo e, sobretudo, na conceituação de pequenas cidades.

A partir da análise da conceituação de cidade pequena, procuraremos analisar, na terceira parte deste texto, algumas das principais transformações processadas recentemente no seu espaço, para demonstrar os sentidos que alguns desses centros expressam na economia capitalista, apontando algumas de suas configurações atuais.

Vale salientar que as proposições deste trabalho serão expostas à luz de pressupostos da Geografia Urbana. Logo, as discussões que serão efetuadas na trama textual evidenciarão e reforçarão o próprio sentido do fio condutor deste trabalho que é o de levantar questionamentos acerca da discussão geográfica das cidades pequenas no Brasil⁶.

⁵ Essa proposição tem como embasamento central as concepções de Santos (1979), como exporemos mais adiante.

⁶ Entretanto, é preciso elucidar que nos pautaremos principalmente nas obras que tivemos acesso, uma vez que o universo desta questão é bastante disperso e rico no território nacional.

DA DEFINIÇÃO DE CIDADE À NOÇÃO DE CIDADE PEQUENA

Discutir o conceito de cidade pequena na atualidade é uma tarefa difícil, pois as cidades pequenas vão assumindo, ao longo da história, formas e funções variadas. A própria delimitação de um determinado núcleo urbano como sendo uma pequena cidade já indica uma série de discussões, porque não há unanimidade e muito menos consenso a respeito da melhor explicação para esse conceito/noção. Nesse sentido, como exporemos mais adiante, o que há, na verdade, são distintas visões para se explorar/trabalhar o tema.

A reflexão inicial de alguns estudos parte da idéia que lança mão da concepção do urbano e de seus desdobramentos, pois ao analisarmos a estrutura das pequenas cidades estaremos lidando diretamente com a própria conceituação do urbano, seus limites e arranjos, o que incide diretamente na postulação teórica do conceito de “cidade” que adotarmos. No caso brasileiro, o embaraço inicial é engendrado pela própria definição de cidade que o Estado adota, sendo urbana⁷ toda sede do município (cidade) e distrito (vila), definindo-se pelo critério legal, conseqüentemente, o perímetro urbano (decreto Lei 311 de 1938).

O que queremos esclarecer é que essa definição legal, assumida pelo Estado, não dá conta de explicar a realidade urbana brasileira e muito menos serve e servirá como qualificativo para a caracterização das cidades pequenas. Assim, tal definição acaba por trazer à tona sérios problemas para a discussão do conceito de cidade, dentre os quais podemos citar a:

- a) *Artificialização da fronteira municipal entre o espaço urbano e rural*: esse problema decorre da eleição do perímetro urbano como linha rígida para a classificação da área urbana. Isso porque essa visão não leva em conta sequer a dinamicidade da sociedade e, não sendo efetuada qualquer menção às funções peculiares do espaço urbano e nem muito menos do espaço rural.
- b) *“Corrida” pela arrecadação fiscal*: essa tendência está intimamente ligada aos interesses do poder público em angariar maiores recursos fiscais com base na delimitação do perímetro urbano. Nesse sentido, áreas de especulação reservadas à expansão urbana também poderão ser atreladas ao espaço urbano⁸ e, por conseguinte, à esfera tributária do município. Com a incorporação dessas propriedades à área urbana, as prefeituras tendem a ampliar a sua base de arrecadação fiscal a partir da cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). Via de regra, se os interesses dos especuladores forem os mesmos dos dirigentes municipais, tal procedimento não ocorrerá, uma vez que é preferível aos proprietários fundiários pagar o ITR (Imposto Territorial Rural) do que propriamente arcar com o pagamento do IPTU (que é mais alto economicamente).
- c) *Distorção do conceito de cidade*: o critério legal, por ser de ordem política e não baseado nas diferenciações da realidade contraditória, leva a denominar como cidades centros que, na realidade, poderiam ser classificados como vilas, povoados ou aldeias. Ao discutir essa classificação, Veiga (2002) alertava para o fato de que tal definição é “aberrante e anacrônica”, sugerindo que, para se evitar a distorção dessa norma é necessário que as pesquisas passem a combinar – segundo a nossa interpretação da sua obra – três elementos, a saber: I) o tamanho populacional do município, II) sua densidade demográfica, e III) sua localização, para se caracterizar qualificadamente a cidade. Entretanto, essa é mais uma concepção que tem sofrido críticas porque leva em conta, principalmente, o aspecto demográfico para classificar a cidade.

⁷ Nesse caso, o Estado se embasa nas concepções formuladas pelo IBGE. Tal proposta é definida pelo critério político-administrativo.

⁸ Se assim as autoridades municipais desejarem.

Como podemos observar, são grandes as limitações produzidas a partir da definição legal de cidade. Nesse contexto, Davidovich e Geiger ao dissertarem sobre a utilização do critério oficial apontavam que:

[...] Esta generalização mascara, naturalmente, grandes contrastes: aí estão englobadas as sedes de extremos municípios da Amazônia, dotadas de população ínfima e centros importantes, como São Gonçalo e Nilópolis, cujos respectivos municípios possuem áreas reduzidas. Por outro lado, nem sempre a elevação de uma vila à categoria de cidade implica no seu desenvolvimento efetivo – muitas vezes é resultado de injunções políticas e financeiras. No entanto, algumas vilas apresentam população superior à de certas cidades: em 1950, São Gonçalo possuía 20000 habitantes aproximadamente e a vila de Neves acima de 50000 habitantes. (DAVIDOVICH; GEIGER, 1961, p.3).

Levando em conta, ainda, as proposições de Davidovich e Geiger, torna-se até pitoresco compararmos São Paulo, que se consolidou ao longo de um processo histórico como metrópole nacional e grande centro urbano brasileiro, com o município de Flora Rica, localizado no oeste paulista, e que, do ponto de vista legal-administrativo, é cidade (sede do município). Todavia, este último município mais se assemelha a povoado do que propriamente a aglomerado urbano, o que comprova as disparidades e contradições do quadro urbano brasileiro⁹.

Além da definição de cidades debatida anteriormente, o IBGE com base no critério demográfico e na área de influência das cidades também formulou outras classificações/ definições acerca do quadro urbano brasileiro. Dentre as classificações mais conhecidas, destaca-se a atinente à definição do porte das cidades, bem como a de delimitação da centralidade dos núcleos urbanos¹⁰.

Compreendemos também que avaliar o porte de uma determinada cidade pelo seu número populacional é desembocar no reducionismo – como é efetuado em muitos países, onde se estabelece um patamar mínimo do horizonte demográfico para a definição de cidade – e, além disso, o uso dessas idéias revela a própria expressão de um modelo rígido que passa a ser reproduzido sem que se considere qualquer problematização sociológica/geográfica porque, entre outros aspectos, não leva em consideração os aspectos qualitativos dos pequenos centros urbanos, como os valores e as práticas cotidianas das pessoas.

Assim, colocar no mesmo patamar cidades que apresentam diferentes papéis na divisão territorial do trabalho e que estão ligadas a distintos níveis de inserção na modernização capitalista levam, sobretudo, a distorções conceituais no plano epistemológico. Nesse caso, se formos levar em consideração apenas a proposta política para definir o que é cidade, estaremos simplificando a realidade e adotando um reducionismo conceitual¹¹.

⁹ Para maior detalhamento dessa discussão, consultar o artigo de Jurado da Silva (2006) denominado “O papel das pequenas cidades na rede urbana e as relações entre o urbano e o rural: o caso de Flora Rica – SP”, disponível em: < <http://www.ourinhos.unesp.br/semana>>, acesso em jan. 2007.

¹⁰ Nesse sentido, não nos remeteremos ao estudo do IBGE relacionado à área de influência da cidade, pois este não é o objetivo deste texto. No entanto, convém frisar que esse estudo foi batizado de REGIC (93), sendo mais comumente conhecido como “Regiões de Influência das Cidades”. Tal estudo, tem por objetivo traçar os níveis de complexidade das cidades brasileiras, tendo como base principal a análise dos fluxos de bens e serviços das cidades. Desse modo, foram estabelecidos oito padrões principais de cidade que variam na análise da escala, conforme o grau de centralidade, a saber: municípios subordinados, tendendo a centro-local, predominantemente centro-local, tendendo predominantemente a centro sub-regional, predominantemente centro sub-regional, predominantemente centro submetropolitano e metropolitano.

¹¹ Cabe ressaltar que essa reflexão é fruto de nosso posicionamento crítico em relação à análise quantitativa da cidade.

Isso é tão complicado que permite considerar municípios como Borá (localizado na região de Marília-SP, que segundo a Fundação SEADE em 2006, tinha população estimada em 838 habitantes) na condição de cidade, quando o núcleo do município apresenta outras complexidades, expressas também por ruralidades¹².

As classificações de cunho quantitativo/demográfico não são suficientes para a análise do urbano e, a partir dessa constatação, passaremos a analisar o que compreendemos por sentido geográfico da concepção de cidade e de urbano para que, posteriormente, destaquemos o sentido do conceito de cidade pequena¹³.

Para Milton Santos, são muitos os sentidos que se pode atribuir à cidade e, consequentemente, ao urbano. Um desses sentidos é compreender a cidade em um patamar mínimo, uma vez que a mesma seria entendida como uma “[...] aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” onde são deixadas de “[...] servir às necessidades de atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população com ‘verdadeira especialização’ do espaço” (SANTOS, 1979, p. 71). Nessa proposta, o autor expõe determinado sentido geográfico ao conceito de cidade pequena, mesmo que não tenha deixado ela explícita ao utilizar expressões como *cidades locais* e *pseudocidades* para se referir aos pequenos centros. Ele ainda ponderou que as cidades locais são aqueles centros que podem atender minimamente às reais necessidades da população e, assim, “o fenômeno da cidade local acha-se, pois, ligado às transformações do modelo de consumo do mundo, sob o impacto da modernização tecnológica, da mesma forma que as metrópoles são o resultado dos novos modelos de produção.” (SANTOS, 1979, p. 72).

Portanto, fica nítido, na sua consideração, que a modernização exerce/implementa o papel de transformação do próprio modelo de consumo da sociedade e, por fim, da própria estruturação de determinados centros, como é o caso das cidades locais. Já as pseudocidades se colocam em outro patamar (distinto daquele das cidades locais), visto que seriam dependentes da produção primária e/ou de determinado setor específico e, desse modo, existiria a:

[...] pseudocidade inteiramente dependente das atividades de produção primária, como as cidades mineiras ou as grandes aldeias, e mesmo de atividades não primárias, como algumas cidades industriais ou cidades religiosas, universitárias, balneárias, de montanha (serras), etc [...] (SANTOS, 1979, p. 70).

Nesse caminho, as pseudocidades podem ser entendidas como “cidades de subsistência”, ou seja, cidades muito limitadas à incorporação da modernização, diferentemente da cidade local. Apesar disso, essas duas dimensões do fenômeno urbano não se excluem e estão ligadas, sobretudo, à própria escala de produção e transformação do capitalismo.

Conforme exporemos a seguir, a partir das proposições de “cidades locais” e “pseudocidades” de Santos desdobram-se muitas outras reflexões concernentes à conceituação de cidade pequena, sendo que todas passam a ser alicerçadas por diferentes graus de compreensão da cidade e de suas funções. Nesse panorama, é importante frisar que a incorporação do conceito de “cidade local” de Santos será uma expressão, muitas vezes não declarada, de algumas concepções defendidas por estudiosos do tema no Brasil, já que a questão do “patamar mínimo” das cidades, além da expressão “mais urgente e inadiável” da população comparecerá, em grande medida, na construção teórica dos mesmos.

¹² Informação embasada em trabalho de campo realizado na região de Marília em janeiro de 2007.

¹³ Para expormos o sentido geográfico dessa discussão, apoiar-nos-emos principalmente na leitura que Milton Santos realizou para a sua conceituação de cidade. Esse autor tem sido, sobre esse debate, um dos mais utilizados no Brasil.

São variados os sentidos e esforços empreendidos na conceituação e/ou aplicação teórica do conceito de cidade pequena. Sposito (1982) procurou elucidar a realidade urbana das pequenas cidades pela temática das migrações e da percepção do espaço na formação do horizonte geográfico; Fresca (1990, 2001) procurou debater as ligações e os papéis das pequenas cidades na rede urbana; Endlich (2006) dedicou-se à reflexão do papel e ao grau de significação/estruturação dos pequenos centros; Wanderley (2001) buscou compreender determinados núcleos nordestinos pela relação com o rural; e Bernardelli (2004) estudou as cidades pequenas pela produção de moradias.

Para cada realidade uma determinada abordagem foi colocada em foco, e isso permite afirmar que o espaço de cada cidade e/ou região é complexo, singular e dotado de particularidades, mas que há, sobretudo, certos movimentos que estão ligados à escala da globalização e, em geral, são comuns a todas as cidades, como pôde demonstrar Corrêa (1999) no texto *Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades*. Ademais, autores como Endlich (2006) e Silva (1998) são coerentes em afirmar que não há consenso quanto à melhor caracterização/classificação desses centros, visto que:

O conceito de pequenas cidades é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para se discutir não só o conceito de pequenas cidades como o próprio conceito de cidade, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e a não cidade. As pequenas cidades são localidades em que tais requisitos se apresentam ainda com patamares mínimos. (ENDLICH, 2006, p. 85).

Por outro lado, Fresca (1990, 2001) e Corrêa (1999) alertaram para o fato de que as cidades pequenas e seu conceito só poderão ser mais bem explicitados a partir do real entendimento histórico de cada núcleo, bem como pela análise da rede urbana e:

[...] mediante tal posicionamento, podemos entender a dimensão mínima a partir da qual é possível falar de uma verdadeira cidade e, ao mesmo tempo, isto nos remete à complexidade das condições e elementos que nos permitam caracterizar a cidade como sendo pequena. [...] Não deixa de ser interessante encontrarmos cidades cujas populações urbanas oscilam em torno de 2.000 habitantes e aquelas onde tal número chega próximo dos 50.000 habitantes e ambas sejam consideradas pequenas (FRESCA, 2001, p. 28).

Neste arranjo, as cidades pequenas devem ser pensadas pela articulação das escalas intra e interurbana, uma vez que o verdadeiro sentido de cidade tende a ser mais bem apreendido pelas relações em que a cidade estabelece, e não por uma análise neutra e descolada da realidade, isto é, deve-se levar em conta, sobretudo, sua situação geográfica.

Seguindo esse raciocínio, determinadas cidades que apresentam 40 mil habitantes (a título de ilustração) no interior paulista podem ser consideradas pequenas, enquanto que, se estabelecermos a mesma relação, utilizando-se esse patamar demográfico, com referência a outras localidades, como é o caso do Amazonas¹⁴, poderá haver, aí, grande equívoco conceitual.

Um dos caminhos que possibilitaria elucidar melhor a realidade complexa e contraditória do quadro urbano brasileiro parece ser o da análise da rede urbana e de seus desdo-

¹⁴ Para maiores esclarecimentos acerca da rede urbana do Amazonas, veja-se CORRÊA, Roberto Lobato. *A Rede Urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

bramentos, condição essa que trará à tona a conceituação dos centros por seu porte, papel e dinamismo. Então, compreenderemos que a cidade não se explica *per se* como objeto descolado da realidade, mas pelas suas relações que são produzidas historicamente e pelo movimento da sociedade.

Corrêa (1989) acerca da discussão da rede urbana traz uma contribuição importante para o debate. Ele alertou para o fato de que a rede urbana é um conjunto funcionalmente articulado por uma variedade imensa de centros, o que redundava numa série de complicações. Nessa concepção, a perspectiva histórica é fundamental para a análise da rede urbana, pois é “através da periodização da rede urbana [...] que se pode apreender a dimensão genético-evolutiva da totalidade social, que é uma dimensão básica da realidade, vinculada ao seu movimento de transformação” (CORRÊA, 1989, p. 86).

Na avaliação da rede urbana, o espaço das pequenas cidades ganha qualificativos relevantes. Desse cenário, pode-se extrair a produção, o consumo, a circulação e os diversos fluxos que compõem a realidade urbana, bem como podemos apreciar a influência político-econômica que uma determinada cidade exerce em relação às suas proximidades e/ou sua região. Então, compreendemos que a dimensão histórica da rede urbana tende a revelar a lógica dos papéis que uma determinada cidade assumiu e/ou assume temporariamente na dinâmica das relações capitalistas de produção.

Todavia, esse procedimento deve ser considerado como um meio e não como um fim, principalmente quando se leva em conta a complexidade que o fato urbano apresenta, pois, outros aspectos igualmente têm que ser levados em conta para a análise da questão, envolvendo a reflexão do lugar e seus habitantes, bem como elementos materiais e imateriais. Com isso, compõem-se as especificidades das cidades e, conseqüentemente, engendra-se a diferenciação e o caráter de interações de um dado lugar. Ademais, o espaço das pequenas cidades pode revelar diferentes complexidades que necessitam ser estudadas. No entanto, é preciso alertar para o fato de que qualquer “simplificação”, feita nesse âmbito, deve ser afastada, já que as armadilhas das receitas “fabricadas” e de autores despreocupados com a discussão desse conceito podem se fazer presentes.

Considerando esses princípios, entendemos que os geógrafos podem colaborar para desvelar o real movimento da sociedade, isto é, as contradições sociais que se manifestam como motor do movimento em espiral e das contradições inerentes aos arranjos capitalistas. A partir desta compreensão, as cidades pequenas, atualmente, emergem como resultado da própria divisão territorial e social do trabalho, articuladas no processo de um *desenvolvimento desigual e combinado*.

Por fim, é por meio das contradições engendradas pelo capital que surge, também, o significado das transformações pelas quais esses centros têm passado, o que será alvo de nossos questionamentos na reflexão seguinte.

AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NAS CIDADES PEQUENAS

Os núcleos urbanos da Grécia Antiga eram caracterizados pelo forte apelo às artes e à filosofia, e com o passar do tempo tornaram-se cenário para a edificação da democracia, trazendo à tona os princípios da estética e do belo ao espaço urbano. Sobre as cidades gregas, Mumford (1965, p. 244) ressaltou que “[...] não há melhor maneira de definir a cidade grega do princípio do período helênico do que dizer que constituía uma comunidade decidida, para o seu próprio bem, a continuar pequena.” Contudo, se na Grécia Antiga as cidades pequenas exerceram papel destacado na territorialização da vida dos cidadãos, a consolidação e expansão do modo capitalista de produção mostraram que as cidades pequenas passam a exercer funções específicas.

As transformações engendradas pelo capitalismo alteraram consideravelmente a valorização das cidades. Com a expansão capitalista, as cidades se tornaram centros do *locus* econômico, ou em outras palavras, em “produto” do capitalismo. Mais recentemente, o campo se industrializa e a relação de poder entre os espaços urbano e rural passa para a hegemonia da cidade, o que acaba por trazer novas variáveis ao quadro urbano (seja mundial ou brasileiro).

O que estamos querendo dizer é que, se de um lado as metrópoles têm se consolidado cada vez mais como centros gestores da economia mundial, por outro lado não se pode negligenciar um fenômeno distinto desse, ou seja, o das cidades pequenas que se conformam em pontos gestores de suas áreas municipais, compondo importante parcela do total de municípios.

O fato é que as transformações provocadas pelo capitalismo têm gerado cada vez mais desigualdades: quer seja entre as economias centrais, quer seja entre os países da periferia capitalista. Isso tem impactado de maneira agressiva no quadro urbano mundial e, no caso brasileiro, esse aspecto se dimensiona com amplitude quando se verifica que entre as diferentes regiões se configuram amplas diversidades sócio-espaciais.

Assim, por exemplo, se formos estabelecer uma comparação entre o padrão urbano das regiões que compõem o território nacional veremos que as distinções são visíveis. No caso da Nova Alta Paulista¹⁵, notamos que a estruturação da rede urbana se deu junto à expansão da ferrovia, como já destacaram Corrêa (1989) e Fresca (1990). Esse processo acabou por formar um “rosário” de cidades pequenas que acompanharam o traçado da ferrovia com a consequente expansão da cafeicultura, balizando as inter-relações entre esses centros.

Na Amazônia, diferentemente, o fato urbano apresenta outras características. Marinho (2007, p.3), ao estudar a questão urbana na calha do Rio Solimões, afirma que o padrão da rede urbana acompanha o leito do rio e as articulações entre as cidades se dão por meio de uma rede extrativista dotada de muitas especificidades, afirmando que:

Parte significativa da população Amazônica localiza-se em pequenas cidades, onde o processo de urbanização da região (Becker, 2004) caracteriza como uma “floresta urbanizada”. Para Oliveira (2004) “a vida na (das) pequenas cidades está ligada ao rio e à floresta”. Percebe-se, assim, que ao longo dos principais rios situa-se um conjunto de pequenas cidades articuladas entre si possuindo diversas funções e variadas especificidades. Dentro do conjunto destas especificidades temos a produção e coleta de produtos florestais não-madeireiros em áreas próximas das cidades.

Esses dois exemplos demonstram que fica complicado tecer padrões de comparabilidade entre essas duas regiões (Região da calha do Rio Solimões e a Nova Paulista) já que a dimensão e o conteúdo da rede urbana de ambas são diferenciados. Na verdade, o importante disso tudo é compreender que as cidades pequenas são diversas e que os padrões espaciais que elas assumem ao longo do tempo são igualmente distintos. Nesse caso, compreendemos que a perspectiva histórica deve-se fazer presente nos estudos de Geografia Urbana para que não incorramos em equívocos conceituais e marginalizemos os processos que engendraram as transformações espaciais.

Todos esses questionamentos refletem as especificidades do quadro urbano brasileiro e quando incorporamos nesse panorama os efeitos da globalização, as análises se tornam ainda mais diversas. O processo de mundialização/globalização tem ampliado ainda

¹⁵ Região localizada no Oeste do Estado de São Paulo. Tal porção do território brasileiro surgiu em detrimento da expansão cafeeira no século XX com instalação da ferrovia da Companhia Paulista, e atualmente se encontra anexada politicamente à 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente-SP.

mais o ritmo das alterações promovidas na escala do urbano e isso não ocorre somente nas grandes cidades, mas também nas cidades pequenas, como ponderou Corrêa (1999, p. 44), ao afirmar que:

A globalização causa vigoroso impacto sobre as esferas econômica, social, política e cultural, mas também, e simultaneamente, sobre a organização espacial que tanto reflete como condiciona aquelas esferas. Em outras palavras, a globalização causa impacto, ainda que desigualmente sobre as formas, funções e agentes sociais alterando-os em maior ou menor grau e, no limite substituindo-os totalmente. Trata-se de uma reestruturação espacial que se manifesta no plano mais geral, na recriação das diferenças entre regiões e centros urbanos, assim como nas articulações entre ambos e entre os centros.

Esse processo nas suas diferentes escalas tende a se expressar, cada vez mais, pela intensificação da desigualdade entre os lugares. Então, a compreensão da cidade pequena passa por uma multiplicidade de arranjos (econômicos, sociais, políticos, culturais...) que influenciam na redefinição e transformação dos seus papéis.

O que se pode afirmar é que os mecanismos de transformação capitalista têm agido, cada vez com maior intensidade, no sentido de acentuar as alterações no espaço urbano das diversas cidades. Por isso, como discutiu Santos (1993) as cidades pequenas (na sua expressão, as "cidades locais") têm sentido drásticas transformações na sua dinâmica econômica, pois:

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformaram em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados. (SANTOS, 1993, p. 51).

Acompanhando ainda este raciocínio, podemos colocar alguns elementos para o debate e constatar que as cidades pequenas foram e estão se consolidando como pontos de atuação direta dos atores capitalistas (na articulação das escalas local/nacional/global). Desse modo, é importante salientar que a escala de intensidade de impacto dos processos de mundialização irá provocar, em alguns casos, grandes alterações na dinâmica econômica e funcional desses lugares, como ocorre quando há a instalação de transnacionais no espaço de cidades de pequeno porte.

A partir da ação de determinados agentes sociais (em alguns casos pela iniciativa da elite comercial e fundiária) certas cidades pequenas passam, paulatinamente, a localizar, em seu território, atividades não somente ligadas ao comércio e à administração, mas também concernentes ao capital industrial incorporando mesmo que pontualmente determinadas capacidades tecnológicas. Tais centros podem se configurar como lugares importantes na produção industrial como ocorre em alguns municípios do Norte do Paraná, ou mesmo, virem a se tornar centros funcionalmente especializados na produção de um determinado bem de consumo durável ou matéria prima, como é o caso do município de Panorama (situado na região de Presidente Prudente) que abriga mais de oitenta estabelecimentos industriais do ramo de minerais não-metálicos¹⁶.

¹⁶ Dado extraído a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, referentes a 2005. Nesse caso, nota-se que tal composição ocorre em detrimento da exploração dos recursos naturais deste município, que se encontra às margens do Rio Paraná, e pode produzir grande quantidade de produtos cerâmicos, em especial blocos e tijolos destinados à construção civil.

Nesse arranjo, também comparecem aquelas cidades que, com o avanço do processo de mundialização, se tornaram centros integrados das demandas do campo industrializado. Tal fenômeno tem sido encontrado, principalmente, no centro-sul brasileiro e em especial em algumas cidades pequenas mato-grossenses. Na expressão de Santos, essas áreas integradas às necessidades do campo industrializado, podem ser designadas como cidades do campo e, portanto, "uma das tarefas da cidade no campo modernizado é, pois, a oferta de informação - imediata e próxima - a uma atividade agrícola que, nos dias atuais, já não podem ser feitas sem esse insumo, tornado indispensável". (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 281).

Esses exemplos de cidades pequenas refletem os aglomerados pequenos que foram incorporados com maior intensidade pelo capital. No entanto, a realidade das pequenas cidades não se restringe somente a um quadro pleno de incorporação de tecnologia, de modernização e/ou de especialização, pois existem núcleos urbanos que foram incorporados "marginalmente" pela mundialização, onde seus papéis urbanos estão diretamente vinculados à periferia econômica da cidade maior/média próxima e, por extensão, da rede urbana.

Nesse quadro periférico de incorporação de algumas cidades pequenas à esfera capitalista, podemos destacar aquelas que se tornaram o ambiente residencial dos trabalhadores do campo ou que dependem exclusivamente de uma única atividade econômica (oriunda principalmente do espaço rural), outras que se transformaram em subúrbio/dormitório e/ou mesmo aquelas que são tão inexpressivas materialmente e economicamente que só existem em função do auxílio fiscal mantido pela esfera governamental (estadual e federal).

As transformações engendradas na economia mundial e no quadro urbano integram-se ainda mais às áreas com maior densidade populacional (como é o caso das grandes cidades brasileiras) que "organizam" funcionalmente um denso tecido urbano, na forma de urbanização difusa (SPOSITO, 2006b) e isso tem contribuído, cada vez mais, para que as cidades pequenas, em seus diferentes níveis de complexidade, se tornem centros com função de dormitório. Esse fato é comum ao analisarmos o entorno de municípios como Londrina, Campinas e Ribeirão Preto, o que transforma os menores centros em mero "apêndice/anexo" dos centros mais dinâmicos, como ocorre, considerando outro exemplo, com a cidade pequena de Rio Grande da Serra localizada na área metropolitana de São Paulo.

O que possibilitou que cidades pequenas se tornassem dormitório-suburbanas foi, principalmente, a estruturação de um amplo circuito de comunicação e de transportes entre os municípios, o que culminou na maior conectividade entre esses lugares, como ocorre com os municípios que estão em proximidade à capital paulista. Daí a existência de um fluxo intenso de pessoas, alimentada pelas possibilidades econômicas das cidades mais dinâmicas que hegemonizam o tecido urbano, onde:

[...] a cidadezinha constitui a *célula-mater* que atende às necessidades de uma população; tais necessidades variam em função da densidade demográfica, das comunicações e da economia da região, bem como do comportamento sócio-econômico econômico de seus habitantes. (SANTOS, 1989, p. 29).

E, portanto "[...] Quanto maior a divisão territorial do trabalho, maior a propensão a consumir e a produzir, maior a tendência ao movimento, e mais criação de riqueza" (SANTOS, 1993, p. 53). Nessa discussão, é importante salientar que uma rede de comunicações bem estruturada aliada a um sistema de transportes desenvolvidos propicia a movimentação mais rápida de pessoas, idéias, dinheiro e mercadorias, como componente das dinâmicas capitalistas. Seguindo essa lógica, as cidades pequenas participam do circuito da produção e reprodução do capital mediada pela interação entre os diversos lugares,

e a partir daí podem ser consideradas, amiúde, como territórios da segregação e das trocas desiguais entre os lugares, condicionadas pela consolidação de uma hierarquia regional.

Paralelamente ao movimento de integração dos transportes e dos meios de comunicação, colocam-se outras realidades que também são componentes dos arranjos do capital, ou seja, aqueles núcleos que são totalmente marginalizados economicamente, e isso porque nem sequer podem se transformar em subúrbios-dormitórios (especialmente por conta da grande distância das áreas economicamente mais dinâmicas). Esse aglomerado urbano não se articula a uma rede de rodovias adequada para a circulação de pessoas e mercadorias, e se relacionam com muita fragilidade na rede urbana e nas interações financeiras. Isso porque os municípios que se encontram nessa situação, são dependentes de recursos externos, ou em outras palavras: têm alguma animação econômica por causa do Fundo de Participação dos Municípios. Esse quadro é alarmante nos municípios nordestinos - como destacou Wanderley (2001) - e isso só tem colaborado para a manutenção das relações de clientelismo político em relação a algumas classes sociais que se beneficiam com esse processo.

Nessa dinâmica territorial, muitas cidades pequenas passaram por transformações com o enfraquecimento do *habitat* rural e se tornaram apenas lugares de moradia dos trabalhadores do campo. Tais lugares, que antes estavam ligados a um determinado "ciclo" econômico perderam seu dinamismo com as sucessivas crises econômicas que marcaram a história do país. Três características desse processo são: a) o aumento da concentração fundiária; b) a mecanização do campo; e c) a expulsão de expressiva parcela da população que antes vivia no espaço rural e que agora passa a residir em pequenos núcleos ou mesmo em centros urbanos maiores e mais distantes. As dinâmicas citadas causaram expressivas alterações nas relações de produção, tanto no campo quanto da cidade, transformando algumas cidades pequenas em verdadeiros "viveiros" de mão-de-obra do campo¹⁷.

Santo Expedito (município localizado no Oeste Paulista) é um exemplo desses pequenos centros que se tornaram centro residencial de trabalhadores do campo, porque estes têm na monocultura da cana uma das suas principais fontes de renda (sendo o resultado da produção territorial). Em outras palavras, essa cidade tem uma relação muito forte com o espaço rural e isso só tem contribuído para a formação de ruralidades no espaço urbano, o que tem colocado a cidade no centro da discussão sobre o que é rural e o que é urbano.

No entanto, é preciso frisar que apesar de alguns municípios manterem íntima vinculação com o campo e se expressarem também por meio da ruralidade, essa realidade tem sido a contradição do movimento de urbanização e da ideologia da modernização que serve de base para o fortalecimento do capitalismo. Assim, em algumas cidades pequenas o tempo vivido pelo ritmo da natureza e da vida do campo se confronta com o tempo mecânico da indústria. As praças centrais, que outrora eram palco da movimentação das pessoas são esquecidas e abandonadas pela população; as calçadas que protagonizavam a cena urbana de proximidade e de familiaridade entre as pessoas são esquecidas; as janelas e varandas floridas que ornavam as residências são substituídas por grades de ferro e cimento; e a "atmosfera" pacata cotidiana dessas cidades é "invadida" pela insegurança, mesmo que seja uma característica de áreas distantes.

O resultado dessa movimentação social, manifestação viva do processo de urbanização no Brasil, que se intensifica nas últimas décadas, passa a ser a "clausura" de contin-

¹⁷ A expressão "viveiros" decorre da provocação de Bernardelli (2004) ao se referir aos bóias-frias da região de Catanduva-SP que ficam ociosos no período de entressafra aguardando serem chamados para o próximo trabalho no campo.

gente expressivo da população, com a contribuição das novas tecnologias mercantilizadas nas formas da *internet* e do telefone celular. Por isso, determinadas características demarcam intimamente este processo, pois, em alguns casos o lugar das pessoas passa a não ser mais a rua, mas a casa, restrita aos portões, o *shopping center* e/ou o centro econômico popular da cidade próxima mais dinâmica.

As transformações espaciais analisadas no âmbito das pequenas cidades referem-se às próprias mudanças nos arranjos do capitalismo. Articulando diferentes escalas, podemos afirmar que a divisão territorial do trabalho e a expansão da globalização/mundialização têm provocado alterações funcionais nesses pequenos centros. No entanto, é importante elucidar que o cenário de ocorrência das mudanças e a formação e/ou consolidação dos seus significados e papéis podem ser explicados pelo movimento da sociedade e compreendidos no âmbito da rede urbana, já que a análise desse tipo de cidade não deve ser feita descolada da realidade, mas, sobretudo pelo estudo de suas relações internas e externas, o que implica também na análise do cotidiano das pessoas.

Por isso, se pode afirmar que, nessa perspectiva, os enfoques teórico-metodológicos para a análise desses centros têm se alterado com o decorrer dos anos e isso deriva, em partes, dos próprios meios e objetivos que orientaram e orientam os diversos trabalhos acadêmicos, bem como das transformações históricas e geográficas produzidas nos distintos lugares, mesmo que tomemos, como ponto de partida, a divisão territorial do trabalho, o movimento em espiral da sociedade, as transformações da natureza, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, é possível afirmar que as cidades pequenas brasileiras são contadas às centenas e muito variadas, o que aponta para certos condicionamentos que dificultam a classificação, a análise e a teorização desse tipo de cidade e das questões a elas relativas. Além disso, o quadro urbano brasileiro, por apresentar grande heterogeneidade, revela as multiplicidades do urbano e, nesse sentido, o estudo das pequenas cidades deve levar em consideração a articulação de escalas na rede urbana, o que poderá revelar o papel das cidades pequenas frente aos arranjos capitalistas e suas mudanças ao longo do tempo.

Como a rede urbana permite compreender o poder de atração que uma cidade exerce no plano de suas relações estruturais, econômicas, políticas e sociais, é possível afirmar que, atentar para essa realidade, não é somente explorar os coeficientes de drenagem capitalista que um determinado centro apresenta, mas é, sobretudo, demonstrar qual o papel/significado da cidade pequena na divisão territorial do trabalho.

Pela multiplicidade de funções que a população de determinada cidade exerce, podemos deduzir que as cidades pequenas podem ser entendidas pela sua subordinação – no caso brasileiro – às relações capitalistas de produção. Desse modo, cidades que se localizam em áreas bem dotadas de infra-estrutura adequada à concentração de capital, podem expressar com maior facilidade forte centralidade e conectividade, enquanto que aquelas que se mantêm distante dos circuitos do meio técnico-científico-informacional podem ser classificadas num outro patamar, muitas vezes à jusante das cidades médias e das metrópoles, por serem cidades com baixo dinamismo demográfico, econômico, político, etc. No entanto, tais características não impossibilitam o estudo das cidades pequenas, já que o qualificativo do que se entende minimamente por urbano é que irá melhor explicar essa condição e os seus desdobramentos.

REFERÊNCIAS

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da H. **Pequenas cidades na região de Catanduva - SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. São Paulo: DIFEL, 1985.

CORRÊA, Roberto L. **Rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto L. Globalização e Reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, v. 6, n. 6, p. 43-53, jan. jun., 1999.

DAVIDOVICH, Fany R.; GEIGER, Pedro. P. Aspectos do fato urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 263-362, abr. jun., 1961.

ENDLICH, Ângela M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná**. 2006. 505p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Presidente Prudente.

FRESCA, Tânia M. **A dinâmica funcional da rede urbana do oeste paulista**. Estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. 1990. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis.

FRESCA, Tânia M. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino da Geografia. **Revista Geografia**, Londrina: UEL, vol. 10, n. 01, 2001. Disponível em <www.geo.uel.br/revista>. Acesso em 14/11/2006.

Informações estatísticas referentes à definição e classificação de cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em nov. 2006.

Informações referentes à Região de Presidente Prudente. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em nov. 2006.

JURADO DA SILVA, Paulo F. O papel das pequenas cidades na rede urbana e as relações entre o urbano e o rural: o caso de Flora Rica – SP. In: SEMANA DE GEOGRAFIA DA UNESP DE OURINHOS, 2, 2006. Ourinhos. **Anais eletrônicos do evento**. Ourinhos: UNESP, 2006. p. 1-5. Disponível em: <<http://www.ourinhos.unesp.br/semana>>. Acesso em jan. 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MARINHO, Rogério Ribeiro. As cidades, os rios e a floresta: a rede de comercialização dos produtos extrativistas nas cidades da calha do Rio Solimões-Amazonas. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA, 10, 2007. Florianópolis. **Anais eletrônicos do evento**. Florianópolis: UFSC, 2007. p. 1-15. 1 CD-ROM.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **RAIS/CAGED 2005**. Brasília: MTE, 2006. 1 CD-ROM.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1989.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura (Org.). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Agda M. da. **Dinâmica em cidades pequenas**: Pirapozinho articulações internas e externas. 1998. 72f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SPOSITO, Eliseu S. **Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas**: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana. 1982. 238f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo.

SPOSITO, Eliseu S. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 1994.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

SPOSITO Maria Encarnação B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO Maria Encarnação B.; WHITACKER, Arthur M. (Org.). **Cidade e campo**: relações entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006a.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B. SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo, Expressão Popular, 2006b.

VEIGA, José E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Urbanização e ruralidade: relação entre a pequena cidade e o mundo rural e estudos preliminares sobre os pequenos municípios em Pernambuco** Recife: UFPE, 2001. Disponível em: <<http://fundaj.gov.br/observanordeste/obed001f.doc>>. Acesso em 15/01/2006.

Recebido em julho de 2008

Revisado em agosto de 2008

Aceito em outubro de 2008

